_ SEG_ Ferrando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliz Lyra (quinzenal) _ Inajá Sertara (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviano (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Ortellado _ DOM_ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

PABLO ORTELLADO

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
psortellado@gmail.com

Chamando as coisas pelo nome

Na próxima segunda-feira comemoraremos o primeiro aniversário dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A data precisa entrar no calendário cívico brasileiro, como parte de nossa memória democrática, da mesma maneira como nos lembramos com pesar do 31 de março de 1964.

Lembrar o 8 de janeiro é especialmente importante diante do revisionismo torpe que quer fazer parecer que houve apenas uma manifestação pacífica de cidadãos, sem liderança e sem armas. De acordo com essa leitura mentirosa, o vandalismo foi cometido por petistas infiltrados, estimulados pela negligência das forças de segurança.

É bem possível que inocentes úteis tenham participado da marcha até a sede dos três Poderes, e é certo que autoridades não responderam ao ataque de maneira responsável. Mas nada disso deveria nos desviar dos fatos, muito bem documentados.

A invasão das sedes dos três Poderes não foi um fato isolado. Fez parte de uma sequência de eventos entre os dias 30 de outubro de 2022 e 9 de janeiro de 2023 que — pela abrangência no tempo, pela dispersão no território e pela sincronia — exigiu planejamento, coordenação e financiamento, envolvendo milhares de pessoas numa tentativa de golpe de Estado.

As ações coordenadas começaram logo depois da divulgação do resultado das eleições na noite de 30 de outubro, com os bloqueios de rodovias por caminhoneiros. Entre 30 de outubro e 9 de novembro foram registrados 804 bloqueios totais ou parciais de rodovias, com forte concentração no Sul e no Sudeste.

Uma segunda onda de bloqueios tomou o país na segunda quinzena de novembro, com ênfase em Mato Grosso, e o uso de táticas de guerrilha e terrorismo, como levantamento de barricadas, incêndio de pontes e bombas caseiras. No dia 19 de novembro, um posto da concessionária que administra a BR-163 foi atacado a tiros, e um caminhão e uma ambulância incendiados. No dia 21, três carretas que furaram um bloqueio na BR-163 em Mato Grosso também foram incendiadas.

Enquanto os bloqueios de rodovias seguiam, foram convocados atos em frente aos quartéis no dia 2 de novembro em dezenas de cidades. Alguns manifestantes permaneceram em frente às guarnições militares e iniciaram os acampamentos que pediam "intervenção federal" e o cancelamento do resultado das eleições. No dia 19 de dezembro, um boletim da inteligência do Exército estimava 43 mil pessoas acampadas em frente a quartéis.

Entre os dias 6 e 9 de novembro, comboios com centenas de caminhões vindos de Mato Grosso, Bahia, Goiás e Paraná se dirigiram a Brasília tentando reproduzir o bloqueio da Esplanada dos Ministérios de setembro de 2021. No dia 15 de novembro, 100 mil pessoas se reuniram em frente ao QG do Exército em Brasília pedindo intervenção das Forças Armadas.

No dia 12 de dezembro, centenas de militantes protestaram em Brasília contra a prisão do cacique Serere, um bolsonarista radical acusado de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Esses militantes invadiram a sede da Polícia Federal, atacaram uma delegacia, bloquearam vias com botijões de gás, depredaram lojas, incendiaram oito veículos e tentaram derrubar um ônibus em chamas de um viaduto.

No dia 24 de dezembro, véspera do Natal, militantes colocaram um explosivo num caminhão-tanque carregado com 60 mil litros de querosene de aviação. A ideia era explodir o veículo no aeroporto de Brasília, o que causaria centenas de mortes. Por sorte, o detonador falhou.

No dia 8 de janeiro, enquanto 4 mil militantes invadiam e depredavam as sedes dos três Poderes em Brasília, outros bloquearam o acesso a refinarias de petróleo em Araucária (PR), São José dos Campos (SP), Barueri (SP), Manaus (AM), Canoas (RS) e Betim (MG). Na noite de 8 de janeiro, rodovias foram bloqueadas em Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. No dia 9 de janeiro, 11 torres de transmissão de energia foram atacadas e três delas derrubadas, duas em Rondônia e uma no Paraná.

A Justiça pode ter se excedido na repressão — acho que se excedeu —, e a cobertura da imprensa pode às vezes ter tratado o radicalismo antidemocrático de alguns milhares como se caracterizasse os milhões de eleitores de Bolsonaro. Mas nenhum desses erros autoriza o erro muito mais grave de menosprezar o que aconteceu.

Não precisamos da minuta do golpe ou dos fatos narrados na delação de Mauro Cid. Se essa atordoante sequência de pedidos de intervenção militar, bloqueios de rodovias, incêndios de veículos, explosões, bloqueios de refinarias, derrubadas de torres de transmissão de energia, invasão e depredação das sedes de Poderes da República não configura uma tentativa de golpe de Estado com o uso de táticas de terrorismo, é porque o fanatismo está deixando as pessoas cegas, e elas não conseguem mais reconhecer as coisas pelo nome.

EDUARDO AFFONSO

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
eduardo@eduardoaffonso.com

Durma-se com um barulho desses

Voltou a circular a notícia (falsa) de que o empresário Abilio Diniz comprou um posto de gasolina perto de sua casa para se livrar do barulho. O boato surgiu em 2014 e foi logo desmentido pelo bilionário — um dos poucos brasileiros em condições de, literalmente, comprar o silêncio, esse artigo de luxo.

Mas a *feiquenius* da aquisição do posto barulhento era tentadora demais para esperar uma checagem. Afinal, quem nunca sonhou em comprar o bar da esquina (aquele com o flagelo da música ao vivo) e fechá-lo para sempre? Ou em alugar o apartamento de cima (onde a vizinha arrasta até armário embutido e faz *cooper* de tamanco) e mantê-lo desabitado? Ou — aí um pouco mais ao alcance dos mortais — arrematar todos os fogos de artifício e vuvuzelas das redondezas?

A seção de Mensagens do GLOBO é um bom termômetro (ou decibelímetro) do caos acústico em que vivemos. Na última quinta-feira, o leitor Claudius Ceccon criticou as "motos e seus ruídos ensurdecedores que aterrorizam a população que vive aqui [*no Rio*], sobretudo na orla". Com os rolês reprimidos em Belo Horizonte, insinuou que nossas autoridades, tão condescendentes com a balbúrdia, receberiam os motoqueiros das Alterosas "de braços (e escapamentos) abertos". No dia anterior, Mauro Bandeira de Melo já havia falado das motocicletas: "Elas surgem pela direita, pela esquerda, roncam, buzinam e atravessam os caminhos, arriscando vidas. (...) E que barulho fazem! Quando o governo vai agir?". Não vai, Mauro. Não dê ideia, Claudius.

> ***A lei do silêncio é daquelas que 'não pegaram'. Em seu lugar, vige uma outra que determina: 'Os incomodados que se mudem'***

A lei do silêncio é daquelas que "não pegaram". Em seu lugar, vige — implacável — uma outra que determina, em seu artigo único: "Os incomodados que se mudem".

Que o diga a leitora Eliane Elias de Lima Dias, de Vargem Pequena: "Não sabemos mais o que é ter paz. (...) Nossos finais de semana viraram um inferno. Perdemos o direito de descansar, de ouvir música de nossa preferência, ler um livro em paz em nossas casas. Os moradores dos condomínios próximos estão anunciando suas casas para venda, por preços módicos, tentando fugir e voltar a ter uma vida tranquila". Ela se referia às *raves*, que, como o carnaval baiano e a polarização ideológica, não têm hora para acabar.

Na mesma edição de terça-feira, o leitor Luis Dauzacker perguntava: "Até quando a prefeitura vai fazer vista grossa para a usina de barulho insuportável que é essa Arena do Jockey? Além de tornar um inferno a noite de nós, humanos vizinhos, imagino a crueldade com os bichos que vivem no Jardim Botânico e os cavalos do Jockey". Vista grossa é difícil saber, Luis, mas ouvidos moucos ela já faz há muito tempo.

A poluição sonora afeta a capacidade de concentração, estressa, adoece. Na última festa dada pelos vizinhos, meu decibelímetro marcou picos de 97 dB — não lá, onde eles se divertiam, mas aqui, onde eu tentava trabalhar. (Para a OMS, ruídos de 50 dB já são prejudiciais e, acima dos 75 dB, podem causar danos sérios.)

Denunciar ao 1746 (telefone da prefeitura) o escarcéu de motos, *raves*, buzinas, bares, festas é o mesmo que, para quem vive nas proximidades de igrejas neopentecostais, ir queixar-se ao bispo.

Morasse na Barra da Tijuca, Abilio Diniz teria tido de desmentir a notícia de que, para ter sossego, não lhe restara senão comprar o bairro inteiro.

ARTIGO

Compensação para abrir mão do petróleo

ANDRÉ GUIMARÃES
E PAULO MOUTINHO

Com o fim da COP28, nos Emirados Árabes, ficou ainda mais clara a era de incoerências e contradições. Nosso consumo segue a todo vapor, seja de produtos que desmatam as florestas ou derivados de fontes fósseis. Ao mesmo tempo, corre-se na busca por uma agricultura de baixo carbono e energias limpas, como solar e eólica. É explicável, apesar de contraditório, que o presidente Lula e a delegação em Dubai tenham prometido o fim do desmatamento de manhã e entronizado o Brasil na Opep+ à tarde. Que anunciem com toda a pompa a redução do desmatamento na Amazônia numa semana e, na outra, promovam leilões de novas áreas para exploração de petróleo.

Parece que ainda conviveremos, por algum tempo, com contradições até que tenhamos os meios (tecnologia, políticas públicas etc.) para transportar todos sem emissões (inclusive em aviões e navios, ainda distantes de solução mais amigável para o clima), gerar energia limpa e barata e para nos alimentarmos sem destruir mais a natureza. É importante anotar que países como Reino Unido e Estados Unidos, apesar de todos os alertas, seguem aumentando a exploração de combustíveis fósseis.

O Brasil, felizmente, pelo tamanho, pela diversidade da economia ou pela matriz energética relativamente limpa e diversificada, tem a possibilidade de escolher não expandir mais a produção de combustíveis fósseis. Nesse debate estratégico para nosso futuro, uma iniciativa salta aos olhos dos brasileiros: a exploração de petróleo na foz equatorial do rio Amazonas. Como cientistas e estudiosos do clima do planeta e da Amazônia, somos contra quaisquer iniciativas que gerem mais emissões de carbono.

> ***Pará e Amapá poderiam ser beneficiados a partir da criação de um fundo fiduciário que cobrisse o montante de royalties***

No entanto há que analisar o caso por um prisma mais amplo. Argumenta-se que Pará e Amapá, com inúmeras demandas para melhorar a vida da população, poderiam ser beneficiados pelos royalties do petróleo. Justo. Mas será que não há outra maneira de prover tais recursos, sem que aumentemos os gases de efeito estufa na atmosfera? Fica então a pergunta: qual poderia ser o ganho para um país, caso decida não mais explorar petróleo? A resposta será determinante para a velocidade com que a humanidade acabará com sua dependência de petróleo, carvão e gás natural.

Nossa resposta está no que batizamos de "royalties verdes". Por esse conceito, Pará e Amapá poderiam ser beneficiados a partir da criação de um fundo fiduciário cobrindo o mesmo montante de royalties que os dois estados receberiam pela decisão do país. Os recursos viriam do Tesouro Nacional e de outras fontes, inclusive internacionais. Um fundo fiduciário, com regras claras e transparentes, poderia certamente permitir uma aplicação mais eficiente dos recursos. Não haveria maior credencial internacional para o Brasil, com inúmeros ganhos potenciais. Internamente, tal medida teria ainda uma externalidade positiva: reduzir as pressões políticas internas para expandir a exploração de petróleo como fonte de receita para estados e municípios. Imaginemos, na COP30 em Belém, ou mesmo em reuniões como as do G20, o Brasil propondo desistir de explorar petróleo na Amazônia e, ainda, se dispondo a cobrir os custos com recursos próprios.

O governo precisa ver esse aporte de capital como investimento, que certamente trará ganhos muito maiores ao país. A nossos olhos, o cacife brasileiro para chamar os países ricos a fazer mais investimentos verdes no Sul global, em particular no Brasil, aumentaria a níveis estratosféricos. A força da mensagem alçaria o país a patamares de respeitabilidade e liderança jamais alcançados. A ideia de um fundo é parte de um debate para tirar do papel as inúmeras cartas de intenção pelo clima.

André Guimarães é diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). **Paulo Moutinho** é pesquisador sênior do Ipam